

# RIVALIDADES E ANTAGONISMOS: AS RELAÇÕES ENTRE GREVISTAS E FURA-GREVES NOS MOVIMENTOS PAREDISTAS EM PORTO ALEGRE (1917-1919)

*César Augusto Bubolz Queirós<sup>1</sup>*

No alvorecer do século XX, várias cidades brasileiras foram o cenário de greves operárias que quebraram a normalidade cotidiana de seus habitantes e colocaram os sindicatos e seus trabalhadores como importantes protagonistas. São Paulo, Salvador Curitiba e Porto Alegre foram apenas algumas das cidades em que as reivindicações por melhores salários e redução da jornada de trabalho – acompanhadas por diversas outras – tomaram as ruas e os bairros. A propriedade privada e a ganância da burguesia sofriam críticas por parte dos periódicos operários que se proliferavam Brasil afora (apesar de certa descontinuidade e da dificuldade de circulação). Enfim, os operários cada vez mais organizavam-se em suas associações na esperança de transformarem as condições sociais em que viviam – seja por meio de uma revolução, como os jornais operários pareciam antever, seja por meio de melhorias mais modestas, como aumento de salário e redução da jornada de trabalho.

Todavia, uma parcela significativa deste operariado não aderiu a estes movimentos e continuava a exercer sua labuta diária, o que acarretava uma situação de desconforto entre aqueles que participavam do movimento paredista: estes operários eram vulgarmente chamados de *carneiros* ou *fura-greves*. Assim, neste artigo pretende-se analisar a greve como um momento de ruptura e de rivalidades entre aqueles que ingressavam nos movimentos paredistas e aqueles que, por quaisquer motivos, recusavam-se a participar e permaneciam em seus postos de trabalho durante as grandes greves ocorridas na cidade de Porto Alegre entre os anos de 1917 e 1919. Pretende-se, ainda, analisar as representações construídas pela imprensa operária e/ou diária sobre estes trabalhadores, bem como as estratégias utilizadas pelos operários grevistas e suas associações para interromper o trabalho.

## **Cisões e rivalidades: a classe operária dividida?**

Em um momento de greve, a opção pela continuidade do trabalho era percebida por como uma forma de traição, uma vez que tal postura tendia a enfraquecer o poder de barganha das associações e sindicatos perante seus interlocutores. Quanto maior for a adesão a um movimento grevista, maior será a sua possibilidade de

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Auxiliar do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas. E-Mail: <cesardequeiros@gmail.com>.

sucesso e sua capacidade de barganha, de modo que a postura de não adesão às greves por parte de um segmento da classe operária coloca em risco suas possibilidades de êxito. Assim, mesmo que paredistas e *fura-greves* enfrentem diariamente as mesmas dificuldades da labuta diária, percebendo baixos salários e más condições de trabalho, ocupando a mesma posição no espaço social em relação a seus empregadores, nestes momentos, assumem posições antagônicas, antipodais. Ademais, esta posição “dissidente” reforça e confere legitimidade ao patronato e, simultaneamente, enfraquece a posição dos grevistas. Enfim, quanto maior for o número de trabalhadores que não cessa o trabalho, menor será o poder de negociação dos sindicatos e seus delegados. Neste sentido, para Viana,

*[...] Ao exercer o seu suposto direito [de permanecer no trabalho], ele [o trabalhador não grevista] dificulta ou inviabiliza o direito real da maioria. O que faz não é apenas trabalhar, mas – com perdão do trocadilho infame – atrapalhar o movimento. Ele realmente fura a greve, como se abrisse um buraco num cano de água. E o seu gesto também tem algo de simbólico: mostra que a identidade operária não é coesa, que há resistências internas.<sup>2</sup>*

Em que medida esta não adesão era percebida como uma ameaça ao sucesso das greves estudadas? E quais ações foram adotadas para evitar a continuidade do trabalho destes operários? Para Bourdieu “uma das sutilezas da relação de força dominantes/ dominados é que nesta luta, os dominantes podem utilizar a luta que ocorre entre os dominados”<sup>3</sup>. A postura de não adesão por parte de uma significativa parcela da classe reforça a posição das classes dominantes e reduz o poder de barganha das associações operárias perante seus interlocutores. Neste sentido, os *fura-greves*, também chamado de *carneiros*, sempre seriam – e continuam sendo – uma ameaça ao sucesso dos movimentos paredistas. Estes indivíduos passam a ser alvo da revolta de seus companheiros que tendem a exercer forte pressão sobre eles, desqualificando sua opção, atacando-os em sua honra, em sua dignidade e em sua masculinidade – além, obviamente, da coerção física (que será analisada na segunda parte deste artigo).

Antes de entrarmos nas representações propriamente ditas, convém destacar que os jornais operários porto-alegrenses insistiam na necessidade de organização do movimento e da ampliação das bases da militância. O periódico *O Sindicalista*, por exemplo, órgão oficial da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), enfatizava a importância de se procurar “por todos os meios ao nosso alcance reunir, congregar, definir as forças latentes das classes operárias, fazer-lhes compreender que são elas as forças positivas da sociedade”<sup>4</sup>. Tal preocupação em reunir o

---

<sup>2</sup> VIANA, Márcio Túlio. “Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias”. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, vol. 49, n. 79, 2009, p. 123.

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. “A Greve e a ação política”. In: \_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 199.

<sup>4</sup> *O Sindicalista*, Porto Alegre, 01 abr. 1919, p. 01.

maior número possível de trabalhadores em torno do movimento está associada à necessidade de lhe conferir maior capacidade de pressão sobre o patronato e o Estado. Afinal, na visão dos militantes, as causas da exploração dos trabalhadores estariam vinculadas, muitas vezes, à própria desorganização da classe, uma vez que “os trabalhadores são explorados e oprimidos, porque, estando desorganizados para tudo quanto respeita à proteção dos seus interesses, são coagidos pela fome ou pela violência brutal a fazer como querem os dominadores, em cujo proveito é organizada a presente sociedade”<sup>5</sup>.

Devemos, ainda, destacar que a relação entre grevistas e não grevistas acabava sendo uma relação assimétrica, uma vez que os operários que não aderiam às paralisações não eram operários ‘organizados’ e, portanto, enfrentavam uma forte coerção por parte dos grevistas e de suas associações. Para Silva Jr. “as lideranças operárias, mesmo as anarquistas, estão também ‘em cima’ – onde, como de costume, os pesquisadores colocam apenas a classe dominante e/ou o Estado”<sup>6</sup>. O autor salienta que “o sindicato não é simplesmente uma associação, mas uma associação de dominação, e que sua legitimidade não é somente aferida por sua penetração na categoria, mas também pela capacidade de obter obediência às ordens produzidas”<sup>7</sup>. E para obter esta atitude de obediência, acaba usando de mecanismos e estratégias punitivas e coercitivas a fim de fazer valer a sua posição. Ou seja, mesmo entre aqueles que se encontram em uma posição subalterna diante do capital, existe uma relação de poder, o exercício de uma pequena – ou não – dominação exercida por aqueles que conseguem estabelecer uma liderança sobre o proletariado.

Tais estratégias oscilavam de acordo com o “momento” dos movimentos e com o conjunto das forças em disputa mas insistiam na tentativa de angariar mais adeptos ou coagir aqueles que teimavam em permanecer em seus postos de trabalho. Afinal, os militantes reconheciam que “a força depende da união e a união faz a força”<sup>8</sup>.

A incapacidade que as organizações sindicais tinham em dispor de mecanismos coercitivos que permitissem impor suas decisões e vontades ao conjunto da classe fica evidente: não havia uma “punição institucional” àqueles que descumprissem as determinações do sindicato, de modo que, muitas vezes, eram tomadas medidas de caráter privado como forma de inculcar suas decisões aos subordinados. Estas medidas coercitivas de cunho privado poderiam assumir tanto a forma de pressões simbólicas e morais, quanto se manifestar como ações punitivas físicas. No primeiro caso, tem-se a depreciação da posição de não-grevista, de modo que essa fosse associada a atributos pejorativos, os quais geravam uma desqualificação do “fura-greves” e um constrangimento social a ele. No segundo, o exercício da violência física se estabelecia de modo a impedir a continuidade do trabalho, prática que se revestia também de um caráter “educativo”, exemplar, de exercício de uma dominação não estatutária, mas que, do ponto de vista dos grevistas, era portadora de legitimidade moral.

---

<sup>5</sup> O *Syndicalista*, Porto Alegre, 01 abr. 1919, p. 01.

<sup>6</sup> SILVA JR., Adhemar Lourenço da. “Contribuição a uma história dos “de baixo” do sindicalismo”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, vol. XXI, n. 1, 1995, p. 79.

<sup>7</sup> SILVA JR., Adhemar Lourenço da. “A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925)”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, vol. XXII, n. 2, 1996, p. 44.

<sup>8</sup> O *Syndicalista*, Porto Alegre, 03 set. 1919, p. 04.

O emprego de atos de violência durante os movimentos grevistas foi bastante usual no período aqui estudado, tornando-se um meio tido como legítimo para preservar o que as organizações operárias consideravam como sendo os interesses da classe. A violência sindical – tanto contra os fura-greves quanto contra os patrões e o Estado – acabou se transformando em um instrumento racional para a solução de conflitos. Tais atos tornavam-se mais frequentes nas ocasiões em que as negociações endureciam e, em diversas ocasiões, podem ser interpretados como uma reação à repressão policial, às estratégias patronais de substituição de operários grevistas e à continuidade do trabalho por parte dos ‘carneiros’. Para Fortes, “o emprego de algum grau de violência na solução de conflitos trabalhistas [pode] ser considerado até mesmo natural”, havendo “limites naturais cuja quebra poderia levar os trabalhadores ao questionamento da legitimidade da própria luta operária”<sup>9</sup>. Essa violência podia se materializar tanto de forma instrumental, deliberada – quando atos violentos eram planejados com o intuito de impedir a continuidade do trabalho –, quanto de forma espontânea, em função das rivalidades e dos tensionamentos provocados pela tomada de posições diferentes no decorrer dos movimentos paredistas.

A maioria das ações violentas encontradas foi cometida nas greves de 1918 e 1919<sup>10</sup>. Isto se deve ao fato de que, ao contrário do ocorrido em 1917 – quando as reivindicações da Liga de Defesa Popular foram reconhecidas como justas por seus interlocutores<sup>11</sup> devido a um reforço das posições não anarquistas tanto na direção da FORGS quanto na LDP –, os movimentos posteriores não obtiveram o reconhecimento por parte do governo do Estado e do patronato, que adotaram uma postura de intransigência e de intolerância para com os operários. Nestas duas mobilizações paredistas, o governo estadual descartou “qualquer possibilidade de negociação, deixando de reconhecer qualquer *status* de grupo de interesse às entidades operárias”<sup>12</sup>, abrindo o caminho a ações mais radicais por parte dos sindicatos. Ademais, a mudança de orientação ideológica da FORGS após a renúncia de Colin, em 1918, colaborou para a radicalização do discurso operário devido ao fortalecimento dos anarquistas na entidade. O periódico *A Luta* – que voltou a circular no início de 1918 – e o periódico *O Sindicalista* – que começou a ser publicado em abril de 1919 – eram os porta-vozes deste discurso a favor da derrubada da ordem burguesa.

Segundo Sirot, em termos gerais, a violência entre as forças da ordem e os grevistas tende a diminuir tanto em quantidade quanto em intensidade quando há uma institucionalização das organizações operárias, o que contribui para racionalizar a prática grevista. Da parte do Estado, tal postura tende a aumentar a vontade de conciliação e de pacificação. Ou seja, à medida que a greve se institucionaliza,

---

<sup>9</sup> FORTES, Alexandre. “Os direitos, a lei e a ordem: greves e manifestações gerais na Porto Alegre da Primeira República”. In: LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Nunes (Org.). *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 343.

<sup>10</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “Hoje tolerância, amanhã intransigência: um estudo comparativo entre as posturas do governo do estado do Rio Grande do Sul nas greves gerais de 1917 e 1919”. *História Social*, UNICAMP, vol. 13, 2007, p. 79-100.

<sup>11</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31 jul. 1917, p. 06.

<sup>12</sup> SILVA Jr., Adhemar Lourenço. “*Povo! Trabalhadores!*”: tumultos e movimento operário. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1994, p. 376.

o recurso à força é mais delimitado e juridicamente enquadrado: ele responde excepcionalmente aos atos de violência e/ou aos atentados à propriedade realizados individualmente pelos grevistas<sup>13</sup>. Em sentido oposto, a não institucionalização do movimento e a recusa por parte do poder público em reconhecer a legitimidade do interlocutor tendem a desencadear uma radicalização que pode ser traduzida como uma busca pela legitimação, pelo reconhecimento da justeza das reivindicações e do direito de representatividade.

A imprensa diária queixava-se continuamente das ações violentas cometidas pelos operários. Durante a greve de 1918, por exemplo, o *Correio do Povo* denunciava que os “grevistas colocaram pedras sobre os trilhos, em diversos pontos, inclusive à frente da Federação Operária”<sup>14</sup>. A paralisação da rede de transportes era essencial para o sucesso das greves, pois ela impedia, ou pelo menos dificultava, que os demais operários chegassem a seus empregos, além de conferir uma maior visibilidade aos movimentos diante da população em função do desconforto causado. Outro atentado à rede de transportes pôde ser observado na greve do ano seguinte, quando “próximo à ponte da rua da Azenha foi colocado um pacote donde saía um fio de barbante, tendo à distância, a aparência de uma bomba de dinamite. Parando o bonde, foi retirado o pacote, verificando que o mesmo feito de uma porção de jornais velhos, continha apenas uma bomba pequena”<sup>15</sup>. Ainda em 1919, uma das ações empregadas pelos operários da Força e Luz, empresa que vinha substituindo os empregados grevistas, foi colocar uma bomba de dinamite que, acionada, danificou os vidros de algumas janelas daquela empresa. Em função do incidente, foram presos pela polícia Antônio Bragnolloto e Afonso Américo de Oliveira, motoristas dos bondes da companhia, mas ambos afirmaram que foram coagidos por dois operários que os ameaçaram com um revólver para que eles os conduzissem até o Caminho Novo<sup>16</sup>.

Não eram raras as vezes em que as tensões entre grevistas e não grevistas descambavam para a violência, tanto de forma espontânea quanto de forma planejada. Alvo de disputa entre as associações operárias e o Estado, os trabalhadores que não aderiam às greves sofriam uma dupla pressão: de um lado, eram coagidos tanto física quanto moralmente pelos grevistas para interromperem o trabalho; de outro, a repressão exercida pelo governo e pelos patrões transformava a opção pelo engajamento à mobilização em um risco a sua própria integridade física. Os jornais se referiam continuamente a esse tipo de pressão e coerção exercida sobre os não grevistas. Durante a greve de 1919, por exemplo, a polícia do 4º Distrito efetuou a prisão de Antônio Ditadi, “o qual instigara os operários da fábrica do Sr. Fortunato Travi [uma serraria com cerca de 20 funcionários no quarto distrito] a abandonarem o trabalho e tentara agredir àqueles que rejeitavam suas propostas”<sup>17</sup>. O periódico *A Gazeta*, por seu turno, afirmava que “às padarias o governo do Estado ofereceu garantias para poderem trabalhar, sem o receio de violências por

---

<sup>13</sup> SIROT, Stéphane. *La Grève en France: une histoire social (XIX-XX siècle)*. Paris: Odile Jacob, 2002, p. 230-231.

<sup>14</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 jul. 1918, p. 04.

<sup>15</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 jul. 1918, p. 04.

<sup>16</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 06 set. 1919, p. 02.

<sup>17</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15 set. 1919, p. 03.

parte de exaltados que querem a adesão completa de seus colegas”<sup>18</sup>.

Este cálculo de ação, no qual são levados em consideração os benefícios ou prejuízos da ação militante, é um fator que deve ser levado em consideração quando buscamos compreender os fatores que levam à participação ou não em uma greve. Neste sentido, a recusa de parte dos trabalhadores de se engajarem nas paredes e paralisações pode ser entendida como uma estratégia de enfrentamento àquela situação de risco, um cálculo afirmativo baseado em uma leitura particular de determinada situação, em que fatores como custos e retribuições estão envolvidos na participação (ou não) nesta ação coletiva, uma vez que “o curso racional de ação [...] seria agir independentemente, ficar de braços cruzados e aproveitar os benefícios gerados pela ação de outras pessoas”<sup>19</sup>.

Tal postura de não adesão de uma parcela dos trabalhadores às greves não deve ser entendida tão somente como derivada de uma identificação com os interesses patronais, mas também pode ser interpretada como uma atitude de independência diante do conflito instaurado, como uma descrença nos ideais coletivistas e sindicais dos paredistas, como resultado de uma incerteza em relação às reais possibilidades de obtenção de retribuições materiais ou, ainda, como um cálculo dos custos pessoais que a adesão a tais movimentos poderia acarretar. Isso não significa dizer, entretanto, que esta postura possa ser entendida apenas em termos de uma “escolha racional” – e, neste sentido, a opção pelo paternalismo pode ser considerada como uma “escolha” – mas sim como resultante de um conjunto de possibilidades que vão desde a avaliação concreta das reais possibilidades de êxito à consideração dos custos envolvidos, passando por elementos menos concretos, como a formação de vínculos de cooperação, de identidade e de rivalidade com os grevistas.

As pressões exercidas sobre os não grevistas, as violências e as ofensas que os coagiam para que não trabalhassem eram percebidas (pelos trabalhadores paredistas) como instrumentos legítimos no sentido de alcançar os objetivos do movimento; eram, enfim, estratégias (racionais ou não) adotadas para que a opção pela continuidade do trabalho não representasse uma ameaça ao sucesso da greve. Thompson, embora abordando outro contexto, faz considerações elucidativas a esse respeito: “o fura-greve era visto como um intruso que ameaçava tirar o pão da boca dos inocentes e dos que trabalhavam duro” de modo que “que ninguém [desperdiçaria] lágrimas lamentando-o por ter sido atacado e ter ‘recebido uma lição’”<sup>20</sup>.

O antagonismo produzido por diferentes tomadas de posição nos momentos de greve acabava gerando situações nas quais as relações entre esses dois grupos chegavam a um limite, a um enfrentamento real que atingia o nível da violência, produzida seja de forma instrumental e racional, seja de forma afetiva e irracional.

---

<sup>18</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 19 mai. 1919, p. 04.

<sup>19</sup> PIZZORNO, Alexandre. “Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da ‘escolha racional’”. In: FOXLEY, A.; McPHERSON, M. & O’DONNEL, G. (Org.). *Desenvolvimento e política e aspirações sociais: o pensamento de Albert Hirschman*. São Paulo: Vértice; Editora da Revista dos Tribunais, 1988, p. 372.

<sup>20</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa* – Vol. III. Tradução de Denise Bottman. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 81.

Portanto, algumas vezes, esses conflitos tomavam a forma de uma violência instrumental, deliberada e planejada, através da qual os grevistas esperavam impedir o trabalho dos demais operários. Em outras, a violência apresentava um caráter mais espontâneo, emocional, quando os operários chegavam às “vias de fato” em função de uma antipatia, de uma situação ocasional ou de provocações relacionadas à tomada de posição diante dos movimentos paredistas.

Em ambos os casos, a violência era rotulada – pela grande imprensa, pelos patrões e pelos governantes – como um ato brutal, um vandalismo irracional realizado por “uma multidão ignorante [...] governada pelos apetites dos que a incitam a extremos de raiva, à espera da oportunidade de cometer qualquer tipo de crueldade”<sup>21</sup>. Contudo, essa violência era inspirada e legitimada por crenças e tradições políticas que a precediam e não pode ser compreendida meramente como uma explosão insana e casual. De uma perspectiva histórica, tais atos podem ser mais bem entendidos se forem levados em conta os seus objetivos, os tipos de ação empregados, seus alvos, os elementos que os legitimavam e as circunstâncias de seu despertar. Assim, no período estudado, pudemos observar o emprego de algum grau de violência contra os ‘fura-greves’ em diversas ocasiões.

### **Conflitos e rivalidades: o transbordar das tensões entre “carneiros” e paredistas**

No período aqui estudado, diversas foram as ocasiões em que as rivalidades entre carneiros e paredistas extrapolaram os limites do diálogo e descambaram na seara dos conflitos e da violência física. Todavia, devemos considerar que os momentos de radicalização nas relações entre estes trabalhadores podem ocorrer tanto de forma deliberada e instrumental, quanto de forma espontânea. Em algumas ocasiões, tais atos ocorrem de modo espontâneo, emotivo, quase como uma explosão de fúria ou um flerte do acaso. Nestes casos, tais sujeitos, emersos em um clima de rivalidade e tensionamento, simplesmente acabam resolvendo as diferenças naquele momento, com uma briga ou uma agressão, um transbordamento da tensão ocasionado pela ruptura provocada pela greve. No entanto, em outras ocasiões, a violência é deliberada e tida como um meio legítimo para a solução dos problemas: é quando os operários e suas associações decidem por mobilizar o recurso da violência física a fim de garantir a paralisação do trabalho uma vez que, como dissemos anteriormente, sua continuidade compromete as possibilidades de êxito do movimento bem como seu poder de barganha.

Mesmo antes do período das grandes greves ocorridas na cidade, ainda no século XIX, esse tipo de ação já podia ser encontrado nas relações entre os operários que aderiam às greves e aqueles que permaneciam na labuta, o que nos permite observar a continuidade de certa tradição cultural. Durante as comemorações do 1º de maio de 1897 quando, em reunião da Liga Operária Internacional, os socialistas decidiram que tentariam fazer com que nenhum operário trabalhasse durante aquele dia, ocorreu um incidente entre os trabalhadores que haviam aderido

---

<sup>21</sup> PARADIN, Guillaume *apud* DAVIS, Natalie Zemon. “Ritos de violência”. In: \_\_\_\_\_. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Tradução de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990, p. 130.

à paralisação e aqueles que davam continuidade a seu labor<sup>22</sup>. Nessa ocasião, Henrique Bruecker, militante operário que participou da fundação do Partido Socialista do estado, teria chamado a atenção de “uns meninos que trabalhavam em uma obra [na Rua da Praia] durante o Primeiro de Maio”<sup>23</sup>, e recebeu de um deles, como resposta, uma tijolada na cabeça. Nesta circunstância, observamos um claro tensionamento entre grevistas e não grevistas, que acabou por acarretar um ato de violência de um grupo contra outro: os socialistas deliberaram impedir que os operários trabalhassem no dia do trabalhador e foram recebidos com uma pedrada pelos operários que discordavam daquela ideia. Para esses últimos, provavelmente, a atitude de ausentarem-se do trabalho naquele dia era destituída de sentido.

Atos de violência como esse, surgidos de modo espontâneo em virtude de posições divergentes em relação às greves, são recorrentes na documentação. A intensidade dos conflitos latentes entre grevistas e *fura-greves* pode, por exemplo, ser observada em outro incidente ocorrido após o término da parede da Viação Férrea, no ano de 1917. Nesta ocasião, João Guimarães, contramestre da Viação Férrea, provocou lesões graves que levaram à morte seu colega Juvenal Vasquez, foguista da empresa que havia aderido à paralisação daquele ano. O incidente teve início após uma discussão entre Juvenal Vasquez e Honorato Souza que, junto com mais alguns trabalhadores da Estação Gravataí, se encontraram em um boteco – a casa de negócios de Pedro Zíngaro – para beberem um “traquinho”. Dentro do bar, ocorreu uma discussão entre os dois, iniciada quando Vasquez fez “várias acusações contra João Guimarães o que Honorato retrucou, defendendo-o”<sup>24</sup>. Após muita discussão e uma tentativa de agressão por parte do embriagado Vasquez, João Guimarães sacou de seu revólver e disparou quatro tiros contra seu agressor, protagonizando uma cena digna dos melhores filmes de *bang-bang*. No interrogatório do réu, Guimarães afirmou que Juvenal “dizia há algum tempo a diversas pessoas que havia de dar um tiro no interrogado, dizendo ter o mesmo influído na demissão de um amigo dele”. Não foi possível averiguarmos com precisão as causas da demissão e quem seria o amigo demitido. Entretanto, tudo indica que tal demissão tenha ocorrido em virtude de sua participação na greve. Ao término do processo, os réus João Guimarães e Honorato Souza não foram pronunciados por alegarem legítima defesa.

Em outros casos, a violência contra os grevistas ocorre de forma deliberada e é utilizada de forma instrumental a fim de impedir a continuidade do trabalho e “punir” os que permanecem ao lado dos patrões. Em janeiro de 1917, durante uma “parede” declarada pelos operários da Fábrica de Meias da Companhia Fabril Porto-Alegrense, ocorreu um episódio que resultou em graves ferimentos em um não grevista e na conseqüente instauração de um processo contra os agressores. A greve daquele estabelecimento teve início em 30 de novembro de 1916 quando, na saída do serviço, alguns menores empregados da fábrica passaram a vaiar o apontador Adolpho Kuntz que, segundo eles, tratava mal os empregados, dirigindo-

---

<sup>22</sup> Livro de Registro de Ocorrência Policial. Códice 3. BPE.

<sup>23</sup> A Gazetinha, Porto Alegre, 03 mai. 1897, p. 04.

<sup>24</sup> As próximas informações são referentes ao seguinte processo: ESTADO do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado; Processo-Crime n. 833, Porto Alegre, 1917.

lhes “palavras imorais”. Depois do episódio, Kuntz os ameaçou com demissão se isso ocorresse novamente. Com a repetição do fato, os menores acabaram sendo demitidos pelo apontador que era tido como homem de confiança do gerente da fábrica, Rodolpho Jalowski. Os demais empregados organizaram, então, uma comissão de operários liderada por Félix Fröhlick – funcionário da fábrica havia 16 anos – para falar com o gerente e solicitar a demissão de Kuntz e a readmissão dos menores. Não tendo sido atendidos, ainda ouviram do gerente que “dali por diante teriam que trabalhar 10 horas por dia”<sup>25</sup>. Com a recusa por parte do gerente, o resultado foi a deflagração de uma paralisação de mais de 40 operários do referido estabelecimento. A substituição dos grevistas levou a que os operários demitidos resolvessem “agredir ao mestre da fábrica João Fantinel que, segundo dizem, estava ensinando novos empregados para substituí-los”. Assim, um grupo de aproximadamente 30 grevistas agrediu Fantinel na esquina das ruas Brazil e Rio de Janeiro quando esse se dirigia à sua residência.

Observamos que, tanto nesse episódio quanto no analisado anteriormente, o enfrentamento se dá entre funcionários de níveis hierárquicos diferentes: no caso da Viação Férrea, João Guimarães era contramestre, ocupando uma posição superior à de Juvenal Vasquez; enquanto que, nesse incidente, a agressão ocorreu contra João Fantinel, mestre da fábrica que era o responsável por treinar os trabalhadores que iriam substituir os grevistas que haviam sido demitidos. A atitude do gerente da fábrica, Rodolpho Jalowski, de substituir os operários parados não foi interpretada como própria de uma “greve limpa”<sup>26</sup>, o que levou os grevistas a uma postura mais radical. Esta provavelmente estava alicerçada em uma “noción legitimizante”, ou seja, em uma justificativa racional motivada por algum fator que legitimasse certas ações em defesa de determinados “derechos o costumbres tradicionales”<sup>27</sup> ou associativos. Do mesmo modo, Rudé, estudando outro contexto histórico, esclarece que ações violentas podem estar apoiadas em alguma forma de “justiça ‘natural elementar’”, e destaca que “os amotinados da fome tendiam a invadir mercados e padarias e impor um controle popular de preços”<sup>28</sup>. Ou seja, a recusa de Jalowski e a ampliação da jornada de trabalho como uma espécie de ação punitiva contra os operários que “ousaram” reivindicar a demissão do apontador Adolpho Kuntz e a recontração de seus colegas parecia ferir a “economia moral” daquele grupo de trabalhadores (para empregar a expressão de Thompson).

Não há registros de danos à empresa e nem de ameaças a Jalowski, que fora quem demitiu os paredistas, mas os operários que permaneceram trabalhando e os recém contratados para substituí-los receberam muitas ameaças e alguns foram efetivamente espancados pelos paredistas.

---

<sup>25</sup> Todas as citações feitas nesta parte foram extraídas do “Relatório das Investigações Policiais procedidas acerca da agressão a João Fantinel ocorrida em 4 de janeiro de 1917, enviado no dia 8 do mesmo mês ao Dr. Juiz Distrital de Polícia”. Documentação Avulsa. Transcrição dos Relatórios do 3º Distrito. 1914-1917. Cód. 48; e do “Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. José Montauray de Aguiar Leitão pela Subintendência do 4º Distrito”.

<sup>26</sup> Para utilizar a expressão de: SILVA JR., “Povo! Trabalhadores!”..., p. 393.

<sup>27</sup> THOMPSON, Edward P. “La economia moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII”. In: \_\_\_\_\_, *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979, p. 65.

<sup>28</sup> RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 24.

Agressões como esta, previamente arquitetadas pelos operários e portadoras de um caráter deliberado e instrumental, podem ser verificadas também em outras ocasiões. No ano de 1917, ocorreu uma greve dos calceteiros, tendo como motivo principal “[...] o fato de ter o calceteiro Jerônimo Santos, sido agredido pelo capataz Dorotheo Rivera e seu irmão Félix Rivera; que os grevistas queriam que a companhia do calçamento despedisse o capataz e seu irmão”<sup>29</sup>. Em virtude disso, os membros do sindicato da categoria se reuniram em uma assembleia e, “fortemente trabalhados por correntes perniciosas de anarquismo, [...] resolveram em sessão do predito sindicato que se evitasse por qualquer forma, e até mesmo por meios extremos, que os operários que não haviam prestado sua adesão ao movimento continuassem na labuta diária”.

Desta forma, decidiram, de maneira organizada e consciente, empregar a violência como um recurso – considerado legítimo – para evitar a continuidade do trabalho. Segundo o processo resultante desse episódio, o conflito entre os grevistas e os operários que persistiam no trabalho aconteceu da seguinte maneira:

*[...] de conformidade com aquelas temerosas resoluções de se cessar de meios extremos e até do próprio morticínio, contanto que se generalizasse a greve, quando um grupo de grevistas assaltou à mão armada os operários que pacatamente trabalhavam na referida rua Conceição, desfechando numerosos tiros, em consequência dos quais foi morto o operário Luiz Silveira da Silva, ferido gravemente Feliciano Salles, e, levemente, Anselmo de Lima e João Manuel Benetti.*

No depoimento de um operário acusado de ser um dos principais organizadores da agressão, torna-se ainda mais clara a forma pela qual os grevistas decidiram impossibilitar que os *carneiros* trabalhassem. O operário relatou que “[...] encontrou os calceteiros grevistas reunidos em sessão com o fim de deliberarem o meio de impedir que continuassem a trabalhar os calceteiros que não quiseram aderir à greve”. Verifica-se, pois, que, neste caso, a violência contra os *carneiros* nada mais foi do que um recurso deliberado mobilizado como meio para alcançar a paralisação dos trabalhos. Nesta situação, tais atos inamistosos não podem ser reduzidos a uma conduta de crise, reativa. Os agentes em questão pareciam conscientes do que estava em jogo em sua ação e dos resultados que esperavam conseguir. Na referida sessão, o mesmo operário salientou que foi tomada a resolução de “atacar os trabalhadores do calçamento que não queriam aderir à greve, que embora a polícia pretendesse impedir o assalto, todos do grupo eram obrigados a reagir custasse o que custasse, morresse quem morresse”. Durante esta greve, ficou evidente, pois, a decisão tomada pelo sindicato de utilizar medidas mais extremas com o intuito de impedir a continuidade do trabalho, estando dispostos a praticamente tudo para alcançar as reivindicações almejadas.

---

<sup>29</sup> As próximas citações referem-se ao processo: ESTADO do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado; Processo-Crime n. 856, Porto Alegre, 1917.

Exemplos como esse são fartos na documentação. Os padeiros pertenciam a um grupo de categorias profissionais no qual “as violências grupais tinham o seu papel claramente discriminado nos conflitos”<sup>30</sup>, sendo comuns atos de sabotagem e enfrentamentos com os “carneiros”. Esta categoria vinha pleiteando o descanso semanal junto às padarias, o que era negado por causa do fornecimento de pão às segundas-feiras. Após a greve de 1918, haviam chegado a um entendimento com os empregadores que haviam acedido em não fornecer pão neste dia, fazendo um acordo para que ninguém obrigasse seus operários a irem ao serviço no domingo. Contudo, rompendo esse pacto, alguns patrões exigiram que seus funcionários trabalhassem em tal dia, traindo tanto os trabalhadores como seus colegas patrões<sup>31</sup>. Em função disso, observa-se uma sucessão de sérios transtornos nos meses subsequentes envolvendo patrões, polícia, padeiros grevistas e não grevistas<sup>32</sup>.

Após diversos enfrentamentos anteriores, foi organizada uma nova greve, em maio de 1919. Segundo o periódico *O Syndicalista*, todas as padarias entraram em greve, exceção feita àquelas cujos proprietários “com elementos estranhos ao sindicato procuravam trabalhar”<sup>33</sup>. Mesmo assim, o padeiro Leopoldo Silva foi designado pelo Sindicato Padeiral para vigiar os padeiros que continuavam a trabalhar. Quando o padeiro português Antônio Rodriguez Lopes retornava para casa após um dia de trabalho, passando pela esquina das ruas Voluntários da Pátria e Vigário José Ignácio, foi abordado por Silva. Na discussão, o grevista disparou duas vezes contra Lopes, que morreu no ato. O crime deu início a um processo no qual foi indiciado

*[...] o indivíduo Leopoldo Silva, padeiro, por ter assassinado bárbara e friamente o mísero operário padeiro Antônio Rodriguez Lopes. O denunciado tomara parte ativa da greve dos padeiros, declarada nesta capital e foi esse mister de grevista destacado para vigiar os companheiros que não haviam aderido à parede que ele foi postar-se, às primeiras horas da manhã do dia 16 do corrente [maio de 1919], à esquina das ruas Voluntários da Pátria com a Vigário José Ignácio, nas proximidades da padaria ‘Piccini’. Antônio Rodriguez Lopes, que trabalha nessa padaria, não tendo aderido à greve, ao passar pelo local em que se achava Leopoldo Silva foi por este interpelado sobre a greve. De súbito, sem mais nem menos, Leopoldo Silva arrancou o revólver e detonou-o duas vezes, de surpresa, contra sua infeliz vítima, prostrando-a sem vida.*<sup>34</sup>

<sup>30</sup> SILVA JR., “Povo! Trabalhadores!”..., p. 305.

<sup>31</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01 abr. 1919, p. 05.

<sup>32</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “Não há pão, não há padeiro: não se abriu a padaria’: greves e manifestações do sindicato padeiral em Porto Alegre”. *História, Imagem e Narrativas*. , vol. I, 2013, p. 01.

<sup>33</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27 mai. 1919, p. 04.

<sup>34</sup> As próximas informações foram extraídas do seguinte processo-crime: ESTADO do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado, Processo-Crime n. 1.029; Porto Alegre, 1919.

Após o ocorrido, Silva fugiu do local, dirigindo-se à Rua da Cadeia Velha, nº 25, onde residiam diversas “mulheres de vida”, tendo se ocultado na bacia da latrina. A polícia foi acionada por iniciativa da dona da casa, Edelmira, e prendeu o acusado. O denunciado confessou ter realmente dado os tiros em Lopes. Entretanto, justificou o fato afirmando que, ao interpellá-lo a fim de saber se ele continuava trabalhando, Lopes negara. O acusado colocou em dúvida essa resposta e observou-lhe que “certamente trabalhava por que nas outras greves ele sempre foi de partido oposto ao dos grevistas”. A vítima teria se exasperado com o comentário, e, como era maior e mais forte do que Silva, esse, receoso de apanhar, disparou sua arma. O jornal *Gazeta do Povo*, porém, noticiou outra versão, afirmando que, ao regressar para casa às 8 horas da manhã após uma noite de serviço, o fornecedor Antônio Rodrigues Lopes foi “alvejado pelas costas pelo padeiro Leopoldo Silva”, tendo morte imediata. Ao ser interrogado, o réu teria dito que “praticara o assassinio em defesa dos interesses de sua classe, visto Lopes não ter aderido à greve em que se acham”<sup>35</sup>.

De fato, alguns padeiros grevistas tinham se reunido na noite anterior e “declarado que haviam de vingar-se dos padeiros que trabalhavam”, ou seja, mesmo que o assassino não tivesse premeditado o crime, os grevistas deliberaram vingar-se dos padeiros que continuavam labutando e o réu acabou designado por seus colegas para vigiá-los. Tal vigilância estava imbuída de qual intuito, já que o vigilante portava uma arma de fogo na cintura? Provavelmente, o réu antevira a possibilidade de se envolver em algum conflito físico, dada a tensão que permeava a sua categoria em momentos como aquele.

Silva, a despeito de ter recebido auxílio do Sindicato Padeiral, que criou uma Comissão Pró-Presos para providenciar que nada lhe faltasse<sup>36</sup>, acabou recebendo uma condenação de dez anos e seis meses de prisão celular, tendo cumprido pena até o dia 20 de dezembro de 1927. O antagonismo entre grevistas e não grevistas se tornara tão intenso que o periódico *A Gazeta* noticiava que “às padarias o governo do Estado ofereceu garantias para poderem trabalhar, sem o receio de violências por parte de exaltados que querem a adesão completa de seus colegas”<sup>37</sup>.

## Considerações Finais

Ao longo deste artigo, foram analisadas as cisões engendradas no seio da classe operária a partir do momento em que as greves eram deflagradas: se, à primeira vista, todos são operários e vivem as mesmas agruras cotidianas, compartilhando experiências no mesmo local de trabalho, quando as greves eclodiam apareciam as clivagens, as rivalidades. A postura de não adesão aos movimentos paredistas era tida como uma espécie de traição de seus companheiros e, como tal, não podia ser tolerada. Identidades se formavam e tais diferenças extrapolavam o ambiente laboral e, mesmo em lugares de sociabilidade cotidiana (como os bares), ganhavam visibilidade. A permanência no trabalho representava um risco ao sucesso do movimento e debilitava seu poder de barganha e os “carneiros”

<sup>35</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 17 mai. 1919, p. 02.

<sup>36</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01 mai. 1919, p. 02.

<sup>37</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 19 mai. 1919, p. 04.

enfraqueciam a posição dos militantes. Esta tomada de posição acabou, muitas vezes, transformando colegas em rivais, e construindo identidades contraditórias e opostas. Nessas ocasiões, as relações entre os dois grupos foram permeadas por uma tensão permanente e potencialmente belicosa, que transbordava em situações de violência simbólica e/ou física. Como vimos, os conflitos físicos entre “carneiros” e paredistas foram uma constante nas greves estudadas: algumas vezes, foram o resultado espontâneo de um tensionamento evidente entre duas posições antagônicas; em outras, se constituíram como uma estratégia deliberada e instrumental para impedir a continuidade do trabalho. Assim, observamos que, durante as paralisações operárias, além do enfrentamento com o Estado, com o patronato e com as forças repressivas, os operários em greve e suas associações identificavam a necessitavam de enfrentar um outro adversário: os “carneiros”.



#### RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar a greve como um momento de ruptura e de rivalidades entre aqueles que ingressavam nos movimentos paredistas e aqueles que, por quaisquer motivos, recusavam-se a participar e permaneciam em seus postos de trabalho durante as grandes greves ocorridas na cidade de Porto Alegre entre os anos de 1917 e 1919. Pretende-se, ainda, analisar as representações construídas pela imprensa operária e/ou diária sobre estes trabalhadores, bem como as estratégias utilizadas pelos operários grevistas e suas associações para interromper o trabalho.

**Palavras Chave:** Classe Operária; Greves; Sindicatos; Porto Alegre; Primeira República.

#### ABSTRACT

This article aims to analyse the strike as a moment of rupture and rivalties among those who joined in strike movements and those who, for whatever reason, refused to participate and remained in their jobs during the strikes occurred in city of Porto Alegre between 1917 and 1919. The aim is also to analyse the representations built by the working press and / or daily on these workers and strategies used by striking workers and their associations to stop the work.

**Keywords:** Working Class; Strikes; Syndicates; Porto Alegre; First Republic.

Artigo recebido em 04 fev. 2014.  
Aprovado em 13 nov. 2014.